

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves\*

## Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)

R E S U M O | *O presente artigo analisa as movimentações dos círculos católicos perante a questão operária, tomando como objecto central do estudo o Circulo Católico de Operários do Porto, no contexto da publicação da encíclica Rerum Novarum.*

«O erro capital na questão presente è crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra; [...] Elas têm necessidade uma da outra; não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital».

Leão XIII, *Rerum Novarum*, 1891.

### 1 – O sentido do movimento

Os círculos católicos de operários<sup>1</sup> constituem um marco nas tentativas organizativas do operariado católico português nos finais de oitocentos, sendo comumente aceites como um primeiro esboço de «criação em Portugal de um movimento sindical católico»<sup>2</sup>. Juntamente com as organizações católicas da juventude, os CCO dão início ao movimento social católico em Portugal, cujo teor redimensiona as primeiras organizações católicas que no nosso país se ocuparam da designada «questão social e operária», tal o caso da Associação Protectora de Operários fundada por Mendes Lajes em 1878.

Numa observação mais englobante, já os congressos católicos realizados em Braga e Lisboa, respectivamente em 1891 e 1895, tinham plasmado o sentido do movimento católico em Portugal<sup>3</sup>, destacando-se o primeiro congresso por constituir o lastro que permitirá a prossecução da política de aceitação dos regimes liberais preconizada pelo *ralliement* do papa Leão XIII<sup>4</sup>, e o segundo por apresentar entre nós as grandes linhas de acção do catolicismo social. De forma inequívoca, este momento marca ainda a viragem do movimento católico do anti-liberalismo para o anti-socialismo.

\* Doutorado em História pela FLUP.

<sup>1</sup> Doravante usaremos a sigla CCO

<sup>2</sup> REZOLA, 1999: 28.

<sup>3</sup> A este propósito, veja-se VOLOVITCH, 1983; GONÇALVES, 2004: 161-232.

<sup>4</sup> «Chronica do Segundo Congresso Catholico da Província Eclesiástica de Braga, inaugurado na sua metrópole no dia 6 de Abril de 1891. Actas do Congresso», Braga, Typ. Lusitana, 1891.

Com efeito, o catolicismo português assume, pois, novo vigor após a realização do Congresso Católico Internacional de Lisboa, por altura das comemorações do 7º centenário de Santo António, em 1895<sup>5</sup>, reunião concorrida por destacados militantes do catolicismo português da época, bem como por algumas outras conceituadas personalidades do catolicismo internacional, os casos de Giuseppe Toniolo, conhecido professor da Universidade de Pisa e grande impulsionador do movimento social católico italiano, e do padre Pascal, autor de referência na sociologia cristã oitocentista. Durante os trabalhos do congresso, além de largamente questionado o modelo de desenvolvimento preconizado pelo capitalismo liberal, são apontadas algumas das principais linhas de acção com que se pretendia «travar o avanço revolucionário» nos meios urbanos «através de uma política de reformas sociais»<sup>6</sup>. Em simultâneo decorria, também em Lisboa, um congresso socialista e anticlerical<sup>7</sup>, sinal de inequívocas clivagens do movimento católico face às ideias e ao próprio movimento operário de feição socialista que, como foi dito, acaba por suplantar progressivamente as preocupações da Igreja para com o Liberalismo, processo que a leva «de uma maneira cada vez mais dominante»<sup>8</sup> a preocupar-se com as massas operárias.

Acresce a tudo isto o incomensurável impacto da encíclica *Rerum Novarum* em todo o mundo católico. Alertando para os designados «deveres do Estado», estava já eivada de uma nova noção de justiça, da responsabilização dos proprietários, da promessa de relações renovadas entre trabalhadores e patrões através do associativismo operário<sup>9</sup>. Esta primeira encíclica social reflecte largamente o sindicalismo e a participação dos católicos na organização sindical, apresentando os sindicatos como «instrumentos de solução da questão social e de [...] correcção de situações injustas e desumanas»<sup>10</sup>. Demais, enquanto a encíclica *Rerum Novarum* deixa caminho aberto à opção livre entre o sindicato misto e o sindicato separado<sup>11</sup>, os CCO em Portugal vão seguir, na sua essência, a primeira via, não envolvendo qualquer ideia de separação ou confronto, pelo contrário, como defendia na época o padre Roberto Maciel, os Círculos «eram um meio prático de reforma social»<sup>12</sup>.

A recepção da *Rerum Novarum* em Portugal<sup>13</sup> – amplamente divulgada no templo e fora dele, mormente na imprensa – contribuiu para uma certa «unidade prática» da militância católica, cuja tónica era agora posta na «questão social e operária».

A esta luz, se o movimento dos CCO esboça timidamente uma «primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico»<sup>14</sup>, ele reflecte igualmente um pendor marcadamente anti-socialista, de resto, a exemplo de outros países europeus de forte implantação católica, onde o

<sup>5</sup> «Congresso Catholico Internacional de Lisboa, de 25 a 28 de Junho 1895. Actas do Congresso». Lisboa: Typ. Mattos Moreira & Pinheiro, 1896.

<sup>6</sup> VOLOVITCH, M. C., 1982, p. 1197.

<sup>7</sup> A este propósito, veja-se FONSECA, [s.d.].

<sup>8</sup> CRUZ, M. B. da, p. 124.

<sup>9</sup> POLICARPO, 1992: 124.

<sup>10</sup> NUNES, A. S., 1956, p. 293-294.

<sup>11</sup> TALMY, 1942 : 37.

<sup>12</sup> MACIEL, Pe. R., 1891, p.1.

<sup>13</sup> Cf. GONÇALVES, 2004: 561-568.

<sup>14</sup> CRUZ, M. B. da, p. 124.

catolicismo social nasce de uma tradição contra-revolucionária<sup>15</sup>. Tal é o caso da experiência francesa e das soluções corporativas paternalistas de uma dita «geração nova» de católicos sociais como Albert de Mun, René La Tour du Pin e Léon Harmel<sup>16</sup>, experiências dissonantes dos movimentos caracteristicamente «mais abertos» dos «Abbés Democrates» e do movimento do «Sillon» que exerceram pouca influência entre nós.

Ora, tendo em conta uma série de iniciativas que perpassam por um leque variado de obras sociais e outrossim pelos sindicatos mistos de inspiração católica e pelos centros de estudos e congressos católicos, os CCO em Portugal correspondem mais a uma estratégia de grupos aristocráticos tradicionais e não tanto a um plano reivindicativo ligado às classes trabalhadoras<sup>17</sup>, pese embora se verifique a integração do movimento por um número assinalável de operários.

Seguindo a periodização sugerida por Manuel Braga da Cruz, o movimento dos CCO entre nós coincide com o que o mesmo autor considera a segunda fase de crescimento da dita «democracia cristã em Portugal»<sup>18</sup>, fase que se alonga do aparecimento do primeiro CCO, em 1898, até à implantação da República em 1910.

## 2 – O Círculo Católico de Operários do Porto no contexto dos CCO

Na espessura temporal anteriormente referida assiste-se à fundação de cerca de 25 CCO<sup>19</sup>, distribuídos esmagadoramente pelos principais centros industriais do país, com especial incidência nos do Norte. De facto, a sua repartição geográfica dá primazia aos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo.

Neste contexto destaca-se o Círculo Católico de Operários do Porto<sup>20</sup>, fundado em 9 de Junho de 1898, como primeiro e mais pujante CCO português<sup>21</sup>. Aliás, no cerzir daquela teia de Círculos Católicos releva-se a notável acção itinerante dos padres João Roberto Maciel e Benevenuto de Sousa, ambos redactores de *A Palavra* e *O Grito do Povo*, constituindo este último o órgão do CCOP.

Assim, em 1898 vão surgir os Círculos Católicos de Operários de Vila Nova de Gaia e Braga, seguidos pelos de Arcos de Valdevez e Viana do Castelo. Até à organização, em Lisboa, do 1º Congresso das Agremiações Populares Católicas, em 1906, vai nascer a grande maioria dos CCO<sup>22</sup>.

<sup>15</sup> Cf. MAYEUR, J. M. 1972, p. 483-499.

<sup>16</sup> A este propósito, veja-se PIERRE, 1988.

<sup>17</sup> VOLOVITCH, 1982 : 211.

<sup>18</sup> CRUZ, 1980: 123.

<sup>19</sup> Elenco conferido a partir da leitura de «O Grito do Povo», Porto, 1899-1913.

<sup>20</sup> Doravante usaremos a sigla CCOP.

<sup>21</sup> GONÇALVES, 1998.

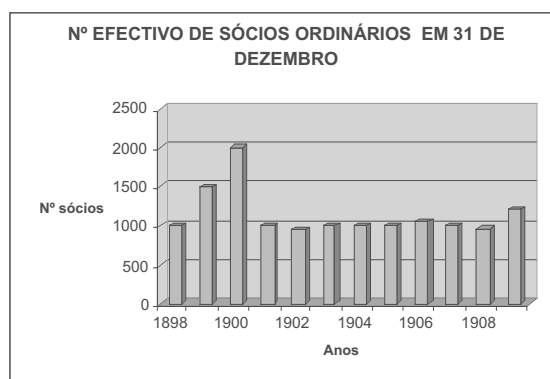
<sup>22</sup> Deste grupo salienta-se ainda a fundação dos CCO de Guimarães, Torres Novas e Lisboa em 1902; Vidigueira, Setúbal, Ílhavo e Covilhã em 1903; Viseu, Santo Tirso, Manteigas, Guarda e Barcelos em 1904; Vila do Conde em 1905; Negrelos em 1906. Daqui até à República vão surgir ainda os CCO de Alcains, Gondomar, Lamego e Oliveira do Douro, todos em 1908, bem como os de Valbom em 1909 e Coimbra em 1910.

Quanto ao universo médio dos associados dos vários CCO, segundo a intervenção de Fr. Frutuoso Fonseca Preto Pacheco ao 4º Congresso das Agremiações Populares Católicas realizado em Braga, em 1909, deveriam rondar os 10 000 membros; já para o conhecido jornalista católico Manuel Frutuoso da Fonseca, na sua participação no 2º congresso da democracia cristã realizado no Porto, em 1907, esses quantitativos deveriam aproximar-se dos 12 000 associados<sup>23</sup>.

Embora estes números sejam de dimensão assinalável, não fazem com que o catolicismo social deixe de ter uma representatividade minoritária na globalidade do operariado. Com efeito, em 1910, o quadro da população agremiada em associações de «classe operária ou mista», que respondeu ao questionário da Repartição do Trabalho, apresenta 8 212 operários concernentes às 43 associações do Porto e Vila Nova de Gaia, enquanto o conjunto das associações inquiridas a nível nacional regista 26 381 associados<sup>24</sup>.

A par dos indicadores globais da dimensão de associados do CCO, uma análise individualizada ao CCOP permitiu-nos identificar 5 625 cadastros individuais de sócios ordinários<sup>25</sup>, inscritos entre a data da fundação, em 9 de Junho de 1898, e 31 de Dezembro de 1909, exercício que nos possibilitou ponderar a evolução do número de sócios ordinários efectivos a 31 de Dezembro de cada ano, dados registados na sequência da subtracção do número de saídas face ao de entradas.

Ora, logo ao fim de seis meses de existência, em 31 de Dezembro de 1898, registámos um conjunto de 1 031 sócios ordinários. Em 1900 esse número eleva-se para 2043 e, após a sangria registada em 1901, o número de efectivos em 31 de Dezembro de 1902 baixa para 942 sócios. Note-se, no entanto, que cifra inferior a um milhar só será novamente registada em 1908 com 975 sócios. Por conseguinte, logo em 1909 verificámos uma subida para os 1 234 sócios ordinários.



Fonte: A. C. C. O. P. – *Livro de registo de sócios ordinários*. Anos de 1898 a 1909.

A estes números devemos acrescentar 692 sócios benfeitores ou extraordinários, registados entre 1 de Junho de 1898 e 16 Janeiro de 1911<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> «O Grito do Povo», Porto, 9: 420, 22 Junho de 1907 e 3 de Julho de 1909.

<sup>24</sup> SIMÕES, J. Oliveira [Relator], 1910, 49. Sobre o assunto, ver CABRAL, 1977.

<sup>25</sup> ARQUIVO DO CÍRCULO CATÓLICO DE OPERÁRIOS DO PORTO (A. C. C. O. P.), *Livro de Registo de Sócios ordinários*. Anos de 1898 a 1909.

<sup>26</sup> A. C. C. O. P. – *Livro de registo de sócios benfeitores*. Lvº 15-B, anos de 1898 a 1911.

### 3 – Estruturação orgânica e funcional

Apesar de um certo pendor mutualista dos CCO<sup>27</sup>, o advento do seu movimento em finais do século XIX é considerado uma primeira tentativa de «presença católica organizada no movimento operário português»<sup>28</sup>.

É, pois, com o patrocínio do bispo do Porto, D. Américo Ferreira do Santos Silva<sup>29</sup>, em 1898, que vemos surgir a primeira associação de católicos não só para operários mas, sobretudo, constituída por número significativo de operários: o Círculo Católico de Operários do Porto (CCOP).

Augurando o impacto que viria a ter na cidade, a cerimónia inaugural do CCOP, presidida por Manuel Frutuoso da Fonseca, contou com a presença das mais altas figuras dos meios civil e eclesiástico portuenses. A funcionar, desde 28 de Julho de 1898, no n.º 192 da Rua dos Mártires da Liberdade<sup>30</sup>, o CCOP vê os seus estatutos formalmente aprovados pelo Governo Civil em 27 de Agosto de 1898<sup>31</sup>. A aprovação do prelado da Diocese é obtida por Alvará de 5 de Setembro daquele ano.

Além do grupo dirigente – Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal –, o círculo estava segmentado em vários grupos anexos, onde se salienta a existência de duas associações de classe: a dos alfaiates e a dos fabricantes de calçado. Demais, contíguo ao CCOP funcionava ainda o Grupo Dramático 9 de Junho, o Grupo Defensor da Boa Imprensa, os Amigos de Santo António, uma célula vicentina, um centro eleitoral nacionalista, isto após 1901, uma cooperativa de produção, de crédito e consumo, bem como um Grupo de Estudos Sociais.

### 4 – O programa

Publicado pela primeira vez em *O Grito do Povo*<sup>32</sup>, o programa deveria ser executado sob a divisa «Por Deus e Pela Pátria», tendo como lastro da reforma sugerida a família. Na ordem de prioridades, o programa contempla primeiramente o religioso, e só depois o social, o político e o económico.

No plano reivindicativo saliente-se a questão do descanso dominical que vai dar lugar a vasta campanha de apoio, não só da imprensa católica, mas ainda de um leque alargado de associações católicas. Por outro lado, são também relevadas questões ligadas ao horário de trabalho, ao trabalho de menores, à obrigatoriedade das caixas de auxílio à doença, velhice, acidentes, morte, contemplando mesmo uma possível cobertura dos custos de imobilização devido a doença ou acidente laboral por parte do patronato.

<sup>27</sup> RODRIGUES, N., 1964, p. 494-500.

<sup>28</sup> CRUZ, a: 3.

<sup>29</sup> GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, 2002, 249-259.

<sup>30</sup> Nos inícios de Novecentos, a sede do CCOP passou para edifício próprio, sito na Rua Duque de Loulé.

<sup>31</sup> ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Associações Cívicas e religiosas*. M 148.

<sup>32</sup> SOUSA, Pe. Benevenuto, 1898, p. 1.

A partir daqui, e de forma intrépida, *O Grito do Povo* defende, por um lado, a «unidade do capital e trabalho» contra os socialistas, por outro, insurge-se contra o que consideram a «prepotência liberal». Aliás, a originalidade do programa reside justamente na criação de uma forma moderna de corporativismo, tal o que sugere o seu art. 7º sobre a criação de um Conselho de Trabalho de composição mista. A este desiderato acresce a intenção de fazer eleger representantes operários ao Parlamento.

### 5 – Actividade

Prosseguindo um alargado programa de actividades, o CCOP criou desde o seu início uma estrutura organizativa distribuída, como foi referido, por vários grupos anexos que se foram multiplicando até à República. Desde logo, essas actividades têm um sentido essencialmente formativo e recreativo, e não tanto reivindicativo. É também necessário distinguir as actividades promovidas pela Direcção do CCOP das actividades inerentes aos grupos anexos com a sua relativa autonomia.

Neste seguimento, o Círculo possuía aula de instrução primária, aula de ginástica, aula de música, ensino de catequese, biblioteca, e um grupo dramático. Concebido como local de «educação e distração sãs», o CCOP promovia ainda conferências periódicas em torno de argumentos de doutrina religiosa e de doutrina social da Igreja, penetrando por vezes em áreas em que o político se entrecruza com o religioso.

O prelo e a imprensa era outra forma de acção do CCOP, destacando-se aqui o semanário.

*O Grito do Povo*, órgão do próprio movimento do operariado católico português.

Além das referidas actividades de recreio salientam-se as de socorro material a sócios mais desfavorecidos, cuja responsabilidade cabia às Conferências de S. Vicente de Paulo anexas ao CCOP. De resto, as actividades de carácter recreativo e de formação cristã vão, amiúde, subalternizar-se às funções assistenciais um eventual desempenho reivindicativo.

### 6 – Reformismo interclassista e contra-revolucionário na matriz social

Tendo na sua génese uma tentativa de resposta moral à questão social, os CCO acabam por desempenhar uma função de matriz política e ideológica, postergando o carácter «económico-reivindicativo» com vista a potenciar uma verdadeira «promoção social». Demais, sendo o modelo de CCO implementado entre nós o de uma agremiação cuja intervenção se caracteriza essencialmente por um reformismo interclassista, o movimento dos CCO vai orientar a sua acção, face ao movimento operário de então, em dois segmentos claros: o reformismo social alternativo à luta de classes, por um lado, e a luta anti-socialista, antianarquista e anti-sindicalista na disputa do controlo do operariado por outro<sup>33</sup>.

Como se lê no artigo 1º dos *Estatutos* do CCOP, a organização tinha como desiderato «a união de indivíduos pertencentes a todas as classes, em mútua cooperação para o melhoramento

<sup>33</sup> VOLOVITCH, 1982: 1205.

do estado moral e material dos associados»<sup>34</sup>. Fica, assim, configurando um certo sentido de complementaridade, bem como uma intenção interclassista com objectivos marcadamente de carácter reformista, tudo a par de objectivos de natureza política e religiosa, defensivos os primeiros e apoloéticos os segundos.

Tomando o caso modelar do CCOP, quer pelo seu pioneirismo face ao movimento dos CCO entre nós, quer pela sua dimensão no que ao número de associados diz respeito, foi-nos possível, após depurada análise cadastral de sócios ordinários<sup>35</sup>, reconhecer e formar conjuntos profissionais de 40 ou mais sócios, onde se incluem 4 348 indivíduos. Havendo 284 cadastros sem registo socioprofissional, os restantes 993 sócios pulverizam-se por variadíssimas categorias profissionais.

No decurso de tal exercício, destaca-se, desde logo, o grupo profissional dos empregados com 634 associados e, logo a seguir, o dos sapateiros e alfaiates, respectivamente com 489 e 364 registos, números que tornaram pertinente o aparecimento, anexas ao CCOP, das associações de classe daquelas duas últimas profissões<sup>36</sup>.

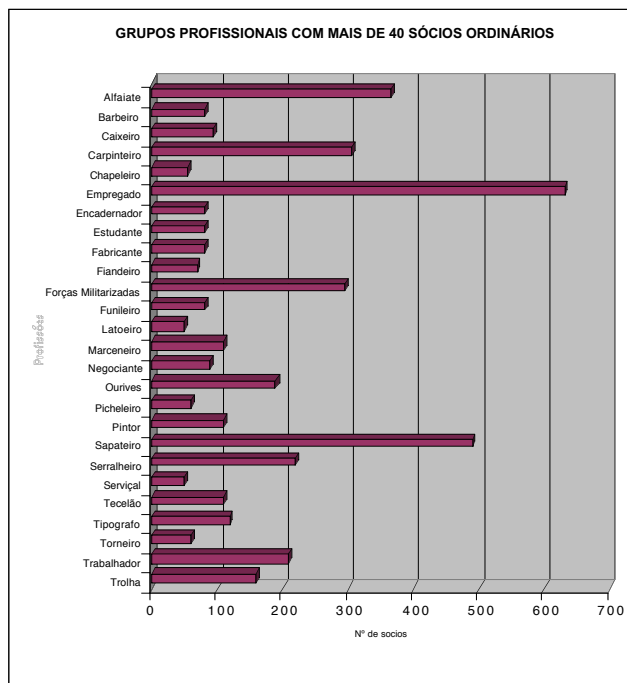
Dos outros ofícios sublinha-se os ligados à construção civil, distribuídos por 302 carpinteiros 154 trolhas e 122 pintores, e os das artes gráficas com 140 tipógrafos e 76 encadernadores. De relevar, igualmente, o grupo de sócios ordinários ligados às forças militarizadas, com 294 indivíduos, grupo onde incluímos elementos afectos à polícia, forças militares e, em número mais significativo, à Guarda Municipal. Referenciamos também 188 ourives, 108 marceneiros, 75 funileiros, 56 picheiros, 53 latoeiros e 53 chapeiros. Além destes, há também um grupo socioprofissional cujo ramo de actividade é vago, aparecendo nos registos sob a designação de trabalhador, com 124 indivíduos. Finalmente, além de vários ofícios ligados aos serviços, o caso de 94 caixeiros, 71 barbeiros e 44 serviçais, salienta-se o grupo ligado aos têxteis com 127 tecelões e 61 fiandeiros, bem como o ligado à metalomecânica, com 241 serralheiros e 64 torneiros.

---

<sup>34</sup> *Estatutos do Círculo Católico d'Operários do Porto*. Porto: Typ. Fonseca, 1908, p. 7.

<sup>35</sup> Esta pesquisa resultou do trabalho que desenvolvemos, por altura das comemorações do centenário do CCOP, de arrumação, inventariação e catalogação do seu arquivo histórico. A este propósito, veja-se: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004: 16.

<sup>36</sup> Temos notícia da existência de mais associações de classe em outros CCO, nomeadamente no de Braga. A este propósito, veja-se MACIEL, Pe. Roberto, 1904, p. 1.



Fonte: A.C.C.O.P. – *Livro de registo de sócios ordinários*. Lvº 15-A, anos de 1898 a 1910.

No conjunto dos grupos socioprofissionais com menos de 40 sócios, o CCOP revela, porém, um leque profissional largamente heterogéneo, tendo sido registadas quase duas centenas de actividades profissionais, tal o caso da de amanuense, armador, calandreiro, carteiro, cinzelador, correiro, dourador, entalhador, fotógrafo, jardineiro, jornalista, professor, relojoeiro, tanoeiro, tintureiro, mineiro e outras.

Dos sócios benfeitores ou extraordinários, compulsamos 692 registos, balizados entre 9 de Junho de 1898 e 16 de Janeiro de 1911<sup>37</sup>. Deste universo, relevem-se 175 registos de empregados, 74 de negociantes, 42 de eclesiásticos, nomeadamente padres do Seminário, bem como 35 registos de industriais. Nesta classe de associados encontram-se ainda referências a capitalistas, professores e proprietários.

Derivado desta constituição interclassista, a acção dos CCO vai assentar, pois, no compromisso social, na religião e na assistência caritativa, contrariando eventuais antagonismos de classe e outrossim a «agitação reivindicativa».

Lançados como «tampão à organização socialista do operariado»<sup>38</sup>, o seu reformismo social, embora tímido, privilegiava aspectos atinentes às condições gerais de vida e de trabalho do operariado, nomeadamente o debate sobre o descanso dominical, o horário laboral, o trabalho

<sup>37</sup> A. C. C. O. P. – *Livro de registo de sócios benfeitores*. Lvº 15-B, anos de 1898 a 1911.

<sup>38</sup> CRUZ, 1980: 134.



nocturno, o trabalho das mulheres e crianças, o «salário mínimo», a habitação operária e o mutualismo.

Já o reformismo social que caracteriza o CCOP, entendido como contraponto à perspectiva revolucionária, vai ser acompanhada de luta cerrada ao socialismo a partir do prelo e do periodismo, destacando-se neste caso o hebdomadário *O Grito do Povo* que, ao anunciar o seu programa, logo no seu primeiro número, inicia assim: «O nosso brado. Os socialistas gritam: Abaixo o capital! Nós, os operários catholicos, gritamos: Viva a união do capital e do trabalho!»<sup>39</sup>.

Por sua vez, a greve é considerada quase sempre um «elemento de desordem moral», constituindo, como tal, um pólo nodal das clivagens entre católicos e socialistas e as suas organizações<sup>40</sup>. Por exemplo, em 1903, no âmbito do surto grevista que assolou a cidade do Porto, através de *O Grito do Povo*, o CCOP promoveu cerrada campanha contra o recurso à greve, não deixando, porém, de considerar justo o motivo que a desencadeou, preconizando: «Essa parte mal remunerada deveria ter feito a sua louvável reclamação, directamente ou por meio das suas associações, e quando não fosse atendida pelos industriais, deveria levar recurso para o Estado, que a protecção d'elle nestas circunstancias é um dever sacratíssimo»<sup>41</sup>.

Entre as raras circunstâncias detectadas onde os católicos apoiam uma iniciativa das associações operárias, releva-se a que diz respeito às reivindicações da Federação das Associações de Classe a propósito do «insuficiente» subsídio concedido pelo Governo Civil do Porto às famílias afectadas pela paralisação do trabalho, na sequência da «peste bubónica», no Verão de 1899.

Sendo a questão do descanso dominical uma das principais preocupações reivindicativas dos CCO, em Março de 1903 foi enviada ao Parlamento uma «representação» do operariado católico, portadora de uma petição com vista à resolução do problema. Um ano depois, Jacinto Cândido e o conde de Bertandos, deputados nacionalistas, fazem subir à Câmara Alta um projecto de lei sobre o descanso dominical, embora só já na ditadura franquista é que será promulgado o decreto sobre a concessão daquele desiderato.

Ora, no confronto entre catolicismo e socialismo não se detectam, todavia, «soluções intermédias», embora inicialmente o CCOP tenha tentado a penetração em alguns meios associativos de operários portuenses. Exemplo disso é a acção desenvolvida pelo operário alfaiate Rodrigues Pereira Cardoso, militante da Associação de Classe dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate do Porto e, por conseguinte, membro da Federação das Associações de Classe, ao propor em assembleia geral daquela associação a adesão à democracia cristã materializada nos CCO<sup>42</sup>. Porém, sendo esta proposta prontamente repelida, torna-se evidente o fracasso de qualquer tentativa de recrutamento conjunto, o que leva os católicos sociais do Porto à angariação isolada de activistas socialistas e anarquistas dissidentes. Entre os trânsfugas da área socialista destaca-se José Martins Gonçalves Viana, que, além de destacada figura socialista, foi um dos principais mentores do movimento anarquista português e fundador do Grupo Comunista Anarquista, em 1887<sup>43</sup>. Em

<sup>39</sup> [Não assinado] – *O nosso brado*, «O Grito do Povo», Porto, 1: 1, 10 de Junho de 1899, p. 1.

<sup>40</sup> SAMODÁES, Conde de, 1895, p. 1.

<sup>41</sup> MACIEL, Pe. Roberto, 1903, p. 1.

<sup>42</sup> FONSECA, a: 107.

<sup>43</sup> [Não assinado] – *José Martins*, «O Grito do Povo», Porto, 8: 366, 9 de Junho de 1906, p. 1.

reunião da assembleia geral do CCOP<sup>44</sup>, de 12 de Novembro de 1905, este ex-socialista foi nomeado primeiro-secretário da Direcção sob proposta do então presidente da direcção, Manuel Frutuoso da Fonseca<sup>45</sup>.

### Concluindo

O aparecimento do CCOP e subsequente alargamento da teia de CCO a boa parte do país, vem marcar o arranque efectivo da acção do movimento social católico integrado por operários. Inicialmente pautado por forte dinamismo, visível na pulverização de Círculos por alguns dos grandes centros urbanos, o movimento vai registar uma quebra à medida que se aproxima a República.

Tomado como paradigma em termos de estruturação orgânica e funcional, o CCOP vai funcionar em íntima articulação com um leque de associações e grupos anexos. Por outro lado, o Circulo vai munir-se de alguns instrumentos de acção e propaganda, relevando-se, pois, o caso do periódico *O Grito do Povo*. Colaborado pelos principais obreiros do movimento dos CCO, as suas páginas destacam as principais linhas programáticas do catolicismo social e a sua correlação com o operariado católico.

Neste seguimento, a actividade do CCOP revela a disputa e influência sobre o operariado, tentando o seu enquadramento em termos organizativos. Embora existissem reais preocupações com a classe operária, os CCO, aliás como advertem vozes críticas no seio do próprio movimento – tal o caso de Júlio Monzó ou Sousa Gomes –, «não souberam pôr-se ao lado dela». Com a prevalência do espírito assistencialista e paternalista, os CCO vão preconizar um reformismo social que perpassa pelo bom entendimento entre capital e trabalho, aproximando-se do mutualismo e do corporativismo. Daí a clara rejeição do sindicato separado em favor da composição mista, sobressaindo ainda uma liderança clérigo-aristocrática, pese embora a existência de um lastro social de apoio esmagadoramente composto por operários, como o comprova o caso do CCOP. Porém, a assunção do conceito de «classe operária» ou o despontar da «noção de meio social» no âmbito da sociologia cristã só acontecerá no século XX, nomeadamente com o início da Acção Católica<sup>46</sup>.

Apesar de constituírem um movimento essencialmente social e não político, os CCO vão, logo a partir de 1901, servir de base aos Centros Nacionais e, em 1903, com a criação do Partido Nacionalista, tornam-se o «braço social» do Partido. Como verificamos, o CCOP tem nos seus dirigentes e associados alguns destacados activistas do Partido Nacionalista. Ora, se face à direita vai aceitar o legitimismo e o próprio franquismo, o movimento dos CCO encontra no socialismo o «verdadeiro inimigo», a quem considera «filho legítimo do liberalismo», passando a assumir-se como alternativa quer ao liberalismo, quer ao socialismo, propondo-se agir pela via da justiça e da caridade. Confundindo, amiúde, o espírito reivindicativo com o recrudescimento do anticlerica-

<sup>44</sup> AQ. C. C. O. P. – *Livro de actas da assembleia geral*. Lvº 10-A, anos de 1898 a 1965, fols. 10 V e 11.

<sup>45</sup> Sobre estas transferências de dirigentes do movimento associativo socialista e anarcosindicalista para o movimento dos CCO, veja-se GONÇALVES, 1998: 89-95.

<sup>46</sup> FONTES, Paulo, 1994, p. 65 e segs.

lismo, toma a parte pelo todo e ataca o movimento operário com o mesmo tom com que o faz aos aspectos doutrinários do socialismo. Deste modo, preconizando uma posição defensiva, o movimento dos CCO tem uma ação social algo redutora. Postergando o espírito reivindicativo do operariado, apenas se salienta na luta pelo descanso dominical.

Eivado de deficiências programáticas e organizativas, a que acresce o exagerado «colaboracionismo» com o Partido Nacionalista, o movimento dos CCO será tragado com a República, em 1910. Só já no dealbar dos anos de 1930 é que surgirão, de forma sustentada e séria, novas organizações de operários católicos, desta feita em torno de sindicatos próprios.

### BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO DO CÍRCULO CATÓLICO DE OPERÁRIOS DO PORTO (A. C. C. O. P.) – Livro de registo de sócios ordinários. Lvº 15-A, anos de 1898 a 1909.
- CABRAL, Manuel Vilaverde, 1977 – O operariado nas vésperas da República (1909- 1910), Lisboa, Presença/G.I.S.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1980 – As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo, Lisboa, Presença.
- CRUZ, M. B. da – Os católicos e a política nos finais do século XIX, in «O século XIX em Portugal: Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais», Lisboa, GIS, [s.d.], vol. I.
- CRUZ, M. B. da – O movimento dos Círculos Católicos de Operários: primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, [s. d.]. Separata dos nºs 37-38 da Revista «Democracia e Liberdade».
- FONSECA, Carlos da, [s.d.] – História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. III – O operariado e a Igreja militante, Lisboa, Publicações Europa-América.
- FONTES, Paulo, 1994 – Doutrina social da Igreja numa perspectiva histórica, in VÁRIOS— «Questões sociais, desenvolvimento e política». Lisboa: Universidade Católica Editora.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 1998 – O Círculo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910), Porto, C.C.O.P.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004 – Católicos e política (1870-1910), Maia, Publismai.
- GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, 2002 – D. Américo Ferreira dos Santos Silva e a génese do catolicismo social em Portugal. Algumas reflexões, in «Congresso sobre a diocese do Porto. Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Actas, 2002», Porto, Universidade Católica Portuguesa – FLUP, vol. II.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004 – O Arquivo Histórico do Círculo Católico de Operários do Porto, «Lusitana Sacra», Lisboa. 2ª Série: 16.

- MACIEL, Pe. R., 1891 – A reforma social prática. «A Palavra», Porto.
- MACIEL, Pe. Roberto – Os Círculos Catholicos e as associações de classe, «O Grito do Povo», Porto. 5: 239, 2 de Janeiro de 1904.
- MACIEL, Pe. Roberto – A propósito das greves, «O Grito do Povo», Porto, 5: 211, 20 de Junho de 1903.
- MAYEUR, J. M. 1972 – Catholicisme intransigent, catholicisme social, democratie chrétienne. «Annales».
- NUNES, A. S., 1956 – Os sindicatos no ensino social da Igreja. «Revista do Gabinete de Estudos Comparativos», 2, 27.
- PIERRE, Pierrand, 1988 – Le laics dans l'Église de France (XIXe-XXe siècle), Paris, Les Éditions Ouvrières.
- POLICARPO, J. F. de Almeida, 1992 – O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913), Lisboa, INIC.
- REZOLA, Maria Inácia, 1999 – Sindicalismo católico e Estado Novo, Lisboa, Estampa.
- RODRIGUES, N. – Realizaciones del catolicismo social, in SCHOLL, S. H. [dir.], 1964 – «Historia del movimiento obrero cristiano». Barcelona: Editorial Estela – Ediciones Nova Terra.
- SAMODÁES, Conde de – Greves. «Correio Nacional», Lisboa, 3: 689, 27 de Maio de 1895.
- SIMÕES, J. Oliveira [Relator], 1910 – Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do operariado. «Boletim do Trabalho Industrial». Lisboa. 49. Sobre o assunto, ver CABRAL, 1977.
- SOUSA, Pe. Benevenuto de – O nosso programa. «O Grito do Povo», Porto., 1: 2, 17 de Junho de 1898, p. 1.
- TALMY, Robert, 1942 – Le syndicalisme chrétien en France (1871-1930). Difficultés et controverses, Paris, Bloud & Gray.
- VOLOVITCH, Marie Christine, 1983 – Le mouvement catholique au Portugal à la fin de la monarchie constitutionnelle, Paris, [s.e.].
- VOLOVITCH, M. C., 1982 – As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12), «Análise Social», Lisboa, 18: 72-74, 1197.